

Workshop de 27/11, vitória da escola pública

Reuniu público superior a 130 pessoas, entre professores e estudantes de graduação e pós-graduação, e chamou a atenção da imprensa, o *workshop* sobre cursos pagos realizado no dia 27/11, no auditório Abraão de Moraes, do Instituto de Física. No plenário, destacava-se a presença de um numeroso grupo de professores ligados às fundações privadas “de apoio”. O encontro foi coordenado pela professora Suely Vilela, pró-reitora de Pós-Graduação, e contou também com a participação, na parte da manhã, do professor Adilson Avansi, pró-reitor de Cultura e Extensão.

A oficina teve início com a apresentação detalhada do relatório preparado pela Comissão dos Cursos de Especialização, criada no âmbito do Conselho de Pós-Graduação e coordenada pela professora Zélia Maria Biasoli Alves (FFCLRP). O relatório, cuja divulgação foi antecipada em linhas gerais pelo *Informativo Adusp* 127, contém um diagnóstico esclarecedor.

A professora Zélia informou que existem 65 cursos de pós-graduação *lato sensu* em atividade na USP, dos quais 49 são pagos (há outros 18 cursos de especialização em atividade, mas migraram para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão). O maior número de cursos pagos, 19 (com 1.143 alunos), pertence à FEA.

Ela destacou que a partir de 1996 deu-se forte crescimento na aprovação desse tipo de cursos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação: desde então, foram criados 75 deles, dos quais 43 ainda em atividade. O relatório menciona os preços dos cursos, que em alguns casos chegam a R\$ 30.000,00.

A professora Zélia confirmou serem 1270 os professores envolvidos com esses cursos na USP. O relatório menciona que somente 690

deles (54%) são docentes da USP. Assim, 580 professores (46%) que ministram aulas nos cursos de especialização da USP não pertencem ao seu corpo docente.

O diagnóstico apresentado também sugere a possibilidade de nexos entre a existência desses cursos e avaliações desfavoráveis da Capes relativamente aos cursos *stricto sensu* mantidos pelas mesmas unidades.

Novas normas

Em seguida, o professor Adilson Avansi, pró-reitor de Cultura e Extensão, prestou uma série de esclarecimentos sobre as novas normas vigentes para essa área. “Quero chamar atenção para o que foi definido já no Regimento de 2002, aprovado pelo Conselho Universitário: no artigo quarto, nós temos uma imposição: a cultura e extensão universitária compreendem as seguintes atividades, de acordo com os critérios definidos neste Regimento: I. formação profissional e educação continuada; a) curso de especialização”.

O pró-reitor também fez questão de destacar o artigo sétimo da Resolução 3878 do CoCEX, de 1991: “poderão ser cobradas taxas referentes aos cursos objetos desta Resolução”.

Os depoimentos seguintes foram enfileirados pela programação da oficina como “experiências”. O primeiro a falar foi o professor Décio Zylbersztajn, da FEA, que apresentou os cursos pagos promovidos pela unidade e defendeu a sua realização. “Não há relação causal entre cursos de extensão e avaliação Capes”, disse o professor em resposta ao relatório apresentado pela Comissão de Cursos de Especialização.

O professor Zylbersztajn causou surpresa no público quando, após criticar as limitações da avaliação da Capes, mencionou que, de qualquer modo, tal avaliação “afetou também nossos



Pró-reitora de Pós-Graduação coordenou o debate



Professora Zélia



Professor Décio

concorrentes”, numa referência a outras instituições que oferecem cursos de especialização pagos. Logo em seguida, acrescentou: “Vamos continuar competindo com universidades públicas e privadas”.

A professora Inge Trindade, do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), informou que a unidade promoveu 13 cursos em 2002, com 134 alunos, e que são cobradas inscrições de 50 reais, mas não mensalidades. “De onde vem o dinheiro?”, indagou a professora, para responder em seguida: da inscrição, do Fideps (bônus destinado pelo SUS aos hospitais universitários) e do programa de educação em serviço. “Nossos cursos têm muito mais o caráter de residência do que de especialização”, enfatizou a professora.

Último a falar durante a manhã, o professor José Gomes Arêas, presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública, fez uma detalhada exposição dos cursos pagos da unidade. Como os dois colegas que o antecederam, o professor Arêas considerou positiva a realização desse tipo de curso.

Falam as entidades

À tarde, retomados os trabalhos, o professor Décio Correia, presidente da Adusp, fez a primeira intervenção, destacando o fato de que o Estado de São Paulo investe apenas 0,3% do seu PIB em ensino superior, quando deveria investir no mínimo 1% na graduação, e de que mais de 80% da demanda são atendidos por escolas privadas.

O professor deu ênfase ao princípio da gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais, assegurado pelo artigo 206 da Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Também realçou o fato, nem sempre citado, de que as fundações privadas não são instituições de ensino superior, portanto não podem ministrar cursos de ensino superior: o artigo 45 da LDB reza que a educação superior “será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas”. Caso um curso cuja responsabilidade legal, por força de convênio, seja da USP, ainda que administrado por uma fundação privada, nem por isso deixa de ser da USP, portanto necessariamente terá de ser gratuito.

“Nossa economia tem capacidade para sustentar o ensino superior de forma muito mais ampla. Fica a pergunta: por quê a gente não cumpre esse papel?” De acordo com o professor, “é isso que nós temos que fazer antes de buscar formas outras de financiamento, que muitas vezes carecem de legitimidade acadêmica, e muitas vezes têm também muito mais uma vocação de resolver problemas de interesses pessoais, ou de necessidades pessoais, que dizem respeito a complementação salarial, ou de atender a interesses da sociedade que têm poder econômico para se apropriar de um determinado setor da universidade pública em seu benefício próprio”.

O presidente da Adusp defendeu uma ampla discussão “daquilo que é ou não é perrnito nessa universidade em termos de complementação salarial, e basta uma análise dos números que foram publicados nas revistas da Adusp para ver que dificilmente é possível enquadrar aquilo que hoje, em muitos setores da universidade, os docentes recebem como complementação, entre aspas, no princípio da moralidade, porque muitas vezes essa complementação é uma, duas, três, quatro, cinco vezes o salário em RDIDP desse docente”.

O representante da APG, Gilberto Cunha Franca, destacou a luta dos pós-graduandos e de diversos professores no CoPGr para bloquear a aprovação de novos cursos pagos: “Faz um ano que nenhum curso pago é aprovado nesta universidade pública”. Ele saudou a possibilidade aberta pela realização da oficina, pouco usual, uma vez que a estrutura da USP é “quase monárquica”.

“Ao contrário do que foi dito pelo professor da FEA, que os cursos foram montados e aprovados com total transparência, não foi isso que nós vimos. Foi justamente em função da ausência de planilhas, cobrada pelo próprio professor que fazia parte da comissão curricular, que pedimos vista no processo e apresentamos um



Professora Trindade (1ª à esquerda) e professores Arêas (3º) e Zylbersztajn (4º)

parecer contrário”, disse, referindo-se à iniciativa que resultou na suspensão da aprovação de novos cursos pagos no CoPGr.

“A relação com outras universidades deveria ser de cooperação e de solidariedade”, declarou o representante da APG, criticando a ênfase dada pelo professor Zylbersztajn à competição.

Gabriel Vicente França, estudante da Faculdade de Educação, representante do DCE, fez uma análise da educação no Brasil, encaixando os cursos pagos dentro do projeto político dos governos FHC e Covas-Alekmin, que trata a educação como mercadoria, tendo como objetivo principal ou único preparar os estudantes para as necessidades do mercado de trabalho.

Debate “quente”

A partir das 15h30, teve início o debate, com intensa participação do plenário. Quando a FEA começou a ser citada repetidamente nas intervenções de estudantes, como unidade que concentra o maior número de cursos pagos, e os mais caros da USP, a discussão teve alguns momentos de rispidez. A maior parte dos docentes presentes era precisamente dessa unidade.

A professora Maria Teresa Fleury, diretora da FEA, e o professor Eliseu Martins, ex-diretor, intervieram no de-

bate em defesa da realização dos cursos pagos. Também compareceram os professores Cláudio Felisoni, presidente da Fundação Instituto de Administração (FIA), e Iran Siqueira, presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), entre outros.

O estudante Pedro Barros, da FEA, comentou, no decorrer do debate, nunca ter visto tantos professores da instituição presentes em um evento da USP, mencionando que diversas reuniões da Congregação (na qual foi representante discente) não se realizavam por falta de quórum. Um professor da unidade contestou essa informação.

A professora Zélia Alves, fazendo a ressalva de que falava em seu próprio nome e não como integrante da Comissão de Cursos de Especialização, manifestou concordância com as palavras do presidente da Adusp, e criticou duramente o desrespeito às normas públicas: “Na verdade, o que me assusta, e muito, dentro de uma universidade como a USP, onde os princípios estão muito bem estabelecidos, é ver que quem está nos dando um grande ‘puxão de orelha’ são as gerações mais novas. São os estudantes que estão aqui para dizer para nós que os princípios estão colocados,

e que não estamos seguindo estes princípios. Que a lei existe, e que nós, adultos, estamos dando jeitinho de não cumprir essa lei”.

Ao encerrar o comentário sobre os cursos pagos, a professora recebeu aplausos de uma parte do plenário: “O que assusta de fato é que dentro dessa instituição, que é carro-chefe, nós estejamos dando chance de que aconteça esse tipo de coisas que, do ponto de vista da educação das gerações mais novas, é um desserviço”.

A professora Elizabeth Farina, da FEA e da Comissão de Cursos de Especialização, disse sentir-se frustrada com os rumos do *workshop*, por haver perdido o dia naquele debate ideológico que nada havia decidido, ao que a própria Pró-Reitora de Pós-Graduação respondeu, lembrando que aquele havia sido um primeiro debate de muitos que deviam ainda acontecer que o se esperava justamente que fosse um debate político.

Ao final do encontro, a pró-reitora de Pós-Graduação concedeu entrevista aos jornalistas, declarando que continuará suspensa a aprovação de novos cursos pagos de pós-graduação *lato sensu* até que haja uma definição do assunto, provavelmente no primeiro semestre de 2003. Para tanto, haverá debates em todas as unidades da USP.